

“DA SENSIBILIDADE À RESISTÊNCIA”: OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO BRASIL**“DE LA SENSIBILIDAD A LA RESISTENCIA”: LOS ESTEREOTIPOS DE GÉNERO EN EL MOVIMIENTO FEMENINO POR LA AMNISTÍA EN BRASIL****“FROM SENSITIVITY TO RESISTANCE”: GENDER STEREOTYPES IN THE WOMEN’S AMNESTY MOVEMENT IN BRAZIL**

Recebido em: 21/06/2025

Aceito em: 30/09/2025

Publicado em: 04/11/2025

Maria Aline Matos de Oliveira¹
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: A participação das mulheres no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) durante a ditadura civil-militar no Brasil permanece um tema pouco explorado na historiografia. Tradicionalmente, a resistência ao regime foi analisada sob uma perspectiva que privilegiou o protagonismo masculino, negligenciando a atuação feminina e evidenciando lacunas nos estudos sobre gênero e autoritarismo. Este estudo analisa a trajetória do MFPA a partir da figura de sua líder e fundadora, Therezinha Zerbine, enfocando os “estereótipos de gênero” como estratégia política no enfrentamento à ditadura. A metodologia no estudo insere-se nos campos da história e gênero, fundamentando-se nas contribuições de Joan Scott, Michael Pollak e Maurice Halbwachs para articular gênero e memória em uma abordagem interdisciplinar. Os resultados destacam o papel central das mulheres na resistência ao regime, ressaltando a relevância do MFPA na recuperação da memória histórica e no resgate do protagonismo feminino na luta contra a repressão ditatorial.

Palavras-chave: Anistia; Ditadura; Gênero; Mulheres; Resistência.

Resumen: La participación de las mujeres en el Movimiento Femenino por la Amnistía (MFPA) durante la dictadura civil-militar en Brasil sigue siendo un tema poco explorado en la historiografía. Tradicionalmente, la resistencia al régimen ha sido analizada desde una perspectiva que privilegia el protagonismo masculino, descuidando la actuación femenina y evidenciando vacíos en los estudios sobre género y autoritarismo. Este estudio analiza la trayectoria del MFPA a partir de la figura de su líder y fundadora, Therezinha Zerbine, enfocándose en los “estereotipos de género” como estrategia política frente a la dictadura. La metodología del estudio se enmarca en los campos de la historia y el género, y se fundamenta en las contribuciones de Joan Scott, Michael Pollak y Maurice Halbwachs para articular género y memoria desde un enfoque interdisciplinario. Los resultados destacan el papel central de las mujeres en la resistencia al régimen, subrayando la relevancia del MFPA en la recuperación de la memoria histórica y en la reivindicación del protagonismo femenino en la lucha contra la represión dictatorial.

Palabras-chaves: Amnistía; Dictadura; Género; Mujeres; Resistencia.

Abstract: The participation of women in the Women’s Amnesty Movement (MFPA) during the civil-military dictatorship in Brazil remains an underexplored subject in historiography. Traditionally, resistance to the regime has been analyzed from a perspective that prioritizes male protagonism, overlooking women's roles and exposing gaps in studies on gender and authoritarianism. This study examines the trajectory of the MFPA through the figure of its leader and founder, Therezinha Zerbine, focusing on “gender stereotypes” as a political strategy in confronting the dictatorship. The study’s methodology is situated within the fields of history and gender, drawing on the contributions of Joan Scott, Michael Pollak, and Maurice Halbwachs to articulate gender and memory in an interdisciplinary approach. The findings highlight the central role of women in resisting the regime, emphasizing

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. Historiadora e Pesquisadora na área da história de gênero e das mulheres na ditadura civil – militar no Brasil. E-mail: mariaaline.historia@gmail.com

the relevance of the MFPA in recovering historical memory and reclaiming female protagonism in the struggle against dictatorial repression.

Keyword: Amnesty; Dictatorship; Gender; Women; Resistance.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre a trajetória das mulheres que atuaram no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), durante a ditadura civil-militar no Brasil, constitui um exercício de “acerto de contas com o passado” e um instrumento fundamental para a garantia do direito à memória. Trata-se de reconhecer e recuperar as histórias de tantas mulheres que ousaram insurgir-se contra um sistema autoritário e repressivo. Ao desafiarem os papéis sociais impostos, que restringiam a participação feminina ao espaço privado, essas mulheres confrontaram uma estrutura social marcada pelo machismo e pelo patriarcado, ainda dominante em diversos âmbitos sociais e de classe. Por longos períodos, a possibilidade de as mulheres narrarem suas próprias experiências foi negada, inclusive no campo historiográfico. Como aponta Michelle Perrot (2005, p. 34-35), “[...] o olhar de homens sobre os homens, os arquivos públicos calam as mulheres”. Assim, revisitar essas histórias é também um ato político de reconstrução da memória e de afirmação do protagonismo feminino na luta pela liberdade democrática do país.

Por muito tempo, a historiografia sobre a resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1964 - 1985) invisibilizou a participação das mulheres, revelando uma significativa lacuna nos estudos acadêmicos acerca do protagonismo feminino na luta contra o regime autoritário. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar, sob a perspectiva dos estudos de gênero e memória, o protagonismo de Therezinha Zerbine na construção estratégica do Movimento Feminino pela Anistia, fundado em 1975 no contexto da ditadura civil – militar. A atuação do movimento foi marcada pelo uso de “estereótipos de gênero” como recurso político, especialmente ao assumir uma postura de mulheres apertidárias que, em nome da legalidade, da união nacional, da defesa da família e da democracia, reivindicavam a anistia e o restabelecimento das liberdades civis. A pesquisa busca evidenciar como tais representações foram mobilizadas para legitimar a presença das mulheres na esfera pública e na resistência ao autoritarismo, ressignificando o papel feminino no contexto da repressão política.

A metodologia adotada nesta pesquisa é a análise documental, com foco em fontes primárias, que são documentos provenientes do acervo do Memorial da Anistia. Entre os materiais analisados, destacam-se: o Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, relatórios do Encontro Nacional pela Anistia e do Congresso Nacional, manifesto do Movimento Feminino pela Anistia. Complementarmente, utiliza-se a história oral como recurso

metodológico, com destaque para a entrevista concedida por Therezinha Zerbine ao Programa Resistir é Preciso, do *Instituto Vladimir Herzog* (2011). A análise das fontes busca compreender o protagonismo de Therezinha Zerbine no MFPA e a construção estratégica do uso dos estereótipos de gênero, com base nas contribuições teóricas de Maurice Halbwachs e Michael Pollak (memória), Joan Scott e Michelle Perrot (gênero), em uma abordagem qualitativa e interdisciplinar.

A resistência das mulheres à ditadura civil-militar no Brasil, marcada pelo uso estratégico de estereótipos femininos, não apenas evidenciou sua capacidade de organização e enfrentamento, como também contribuiu significativamente para a ampliação do debate sobre gênero, participação política e direitos sociais. O resgate dessas memórias vai além do reconhecimento de suas trajetórias individuais; trata-se de compreender como suas ações influenciaram os processos de transformação política e social que se seguiram, inserindo a perspectiva de gênero no centro das análises sobre a resistência ao regime autoritário.

“DO AFETO À LUTA”: OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CAMPANHA DA ANISTIA

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)² fundado em 1975, sob a liderança da advogada Therezinha Godoy Zerbine, que havia sido presa política por seis meses em 1970³ e era esposa do general Eurayle de Jesus Zerbine, cassado e reformado em 1964. O MFPA constituiu-se como a primeira organização feminina voltada à anistia política estruturada dentro das legalidades previstas na Constituição Brasileira, sendo formalmente registrada em cartório⁴ na cidade de São Paulo. A criação de um movimento liderado por mulheres em

defesa da anistia representou um marco inédito no contexto do regime autoritário brasileiro, sobretudo diante das severas restrições às manifestações populares.

² O MFPA foi fundado pelas seguintes mulheres: Therezinha Godoy Zerbine, advogada; Madre Cristina Sodré Dória, catedrática em Psicologia pela PUC-SP; Neusa Cunha Neto Franco, socióloga; Margarita Naves Fernandes, pedagoga; Yara Peres, técnica em comunicação; Aldenora de Sá Porto, advogada; e as acadêmicas de Direito: Virginia Vasconcelos e Eugênia Godoy de Jesus Zerbine.

³ Therezinha Godoy Zerbine foi presa em 1970, devido à sua participação no empréstimo do sítio em Ibiúna, em 1968, para a realização do XXX Congresso Nacional da União dos Estudantes (UNE). In: DUARTE, Fonteles Ana Rita. *Jogos de Memória: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

⁴ O Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, elaborado em dezembro de 1975, foi registrado no Cartório Medeiros, sob o nº 1.262, em 15 de março de 1976. Estatuto do MFPA. In: Documentos do Brasil Nunca Mais, Memorial da Anistia, disponível em: <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>. Acesso em: 12 mar.2023.

As mulheres no Movimento Feminino pela Anistia desempenharam um papel pioneiro na campanha pela anistia no Brasil. Durante a década de 1970, mesmo com a adoção da política de distensão “lenta, gradual e segura” pelo governo de Ernesto Geisel, o país seguia sob forte repressão. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) ainda estava em vigor, e os órgãos de segurança nacional atuavam de forma incisiva na repressão a manifestações contrárias ao regime ditatorial. Nesse contexto adverso, as mulheres assumiram um protagonismo fundamental na luta pelo restabelecimento dos direitos políticos e civis. A atuação feminina, ancorada em estereótipos de gênero tradicionalmente associados à moralidade, à família e à legalidade, tornou-se uma estratégia eficaz de mobilização social. Tal uso estratégico dessas representações contribuiu para a construção de um movimento legítimo aos olhos da sociedade e possibilitou maior alcance político, mesmo em meio ao autoritarismo vigente.

Nesse contexto, O Movimento Feminino pela Anistia expandiu-se rapidamente por diversas regiões do país. Esse crescimento foi impulsionado pelo fato de o movimento atender às expectativas de uma parcela da sociedade marginalizada pelo regime. Como uma das primeiras organizações estruturadas na luta pela anistia, o MFPA, legalmente constituído e com estatuto próprio, foi concebido para articular, de maneira estratégica, a resistência à ditadura civil-militar. Dessa forma, o artigo 1º de seu estatuto caracteriza a entidade como uma "organização civil, sem vínculos político-partidários, religiosos, ideológicos ou lucrativos, reunindo mulheres profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, que se regerá pelo presente estatuto e pelas leis do país"⁵. Essa formulação evidencia uma estratégia de legitimação do movimento, ao fundamentar sua atuação no ordenamento jurídico vigente e enfatizar um posicionamento formalmente apolítico. Além disso, o artigo 2º do estatuto apresenta a finalidade da instituição, consolidando seu compromisso com a luta pela anistia e a restauração dos direitos civis e políticos no Brasil.

Defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadão, assegurados pela Declaração dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país, e lutar pela anistia ampla e geral, visando a pacificação da família brasileira. 2- Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação, no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão das suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos (Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, 1975).

⁵ Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, 15 dezembro de 1975. São Paulo. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>. Acesso em: 12 março. 2023.

O estatuto do Movimento Feminino pela Anistia estabelecia que poderiam integrar a organização mães, trabalhadoras e universitárias. Além disso, determinava que a sede do movimento ficaria localizada em São Paulo, permitindo, de forma facultativa, a criação de núcleos em outros estados do país. A estrutura administrativa do MFPA era composta por três instâncias principais: Assembleia Geral, Conselho Geral e Diretoria Executiva, cada uma com atribuições e normas específicas. Conforme exposto no documento: “Com a aprovação deste Estatuto estará estruturado o Movimento Feminino pela Anistia, dentro da ordem e das leis do país” (Estatuto do MFPA, 1975). Dessa maneira, o movimento buscava construir uma imagem voltada à reconciliação nacional, afastando qualquer associação com ações subversivas. Como destaca Oliveira (2015, p. 23), o MFPA “apenas estabelecia a concórdia e o retorno do direito”, legitimando sua atuação dentro dos marcos legais vigentes.

A estratégia adotada pelo Movimento Feminino pela Anistia de criar um estatuto próprio e registrar formalmente a instituição, com o objetivo de promover os direitos humanos e a anistia, evidenciou o compromisso da organização em consolidar sua atuação legal. Sob a liderança de Therezinha Zerbine, essa abordagem fortaleceu a proposta de mobilização sem confrontar diretamente a repressão imposta pela ditadura militar. Enquanto advogada, Zerbine soube traçar com habilidade as diretrizes da resistência, evitando o enfrentamento direto e armado, alinhando a campanha de maneira a preservar a “neutralidade política do movimento”⁶, que se posicionava como apartidário. Ela mesma utilizava o termo “mãos de luva” para descrever a condução cuidadosa da campanha, ressaltando que, em todo o processo, as estratégias de mobilização estavam imersas em uma abordagem feminina, onde as questões de gênero foram fundamentais em cada etapa da ação do movimento.

Os temas do amor, da paz e dos direitos humanos constituíram o arcabouço simbólico do Movimento Feminino pela Anistia tornando-se estratégias centrais na luta contra a ditadura civil-militar. Desde sua fundação, houve uma preocupação explícita, por parte de suas integrantes, em registrar no estatuto do movimento sua postura apartidária, bem como a busca pela anistia dentro dos marcos jurídicos e legais. O artigo 21º do estatuto reforça essa perspectiva ao afirmar que o “Movimento Feminino pela Anistia, [...] dentro da ordem e das leis do país, lutará para que seu ideal maior seja atingido, ou seja, a pacificação da nação e a

⁶ A suposta “neutralidade do movimento” foi uma estratégia de gênero utilizada pelas mulheres na campanha, de fato que, os núcleos do MFPA espalhados pelo Brasil tinham mulheres que eram atrelados a partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro e Ação Popular. Ver: OLIVEIRA, 2021.

união de todos os brasileiros” (Estatuto do MFPA, 1975). Dessa forma, o movimento utilizou “estereótipos de gênero” associados à sensibilidade, à família e ao cuidado com o outro, como estratégia de proteção e legitimação. Ao eleger a união nacional e a pacificação como bandeiras de luta, o MFPA reforçou sua legitimidade dentro do contexto repressivo da ditadura, minimizando a possibilidade de ser enquadrado como uma organização subversiva.

A utilização de jogos ou performances de gênero, em situações de emergência ou conflitos de grandes proporções, ao lado da história, é elemento importante para pensar a ação política das mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas, e as transformações por experiências sobre subjetividades e, consequentemente, sobre suas vidas (Duarte, 2012, p. 140).

Diante desses acontecimentos, observa-se que Therezinha Zerbine, mesmo antes de fundar o Movimento Feminino pela Anistia, já utilizava os estereótipos associados ao feminino. Em entrevista ao Programa Resistir é Preciso, do *Instituto Vladimir Herzog* (2011), ela relatou o momento de sua prisão na residência de sua família, durante a década de 1970, e destacou a aplicação de uma estratégia feminina, denominada “mando com suavidade”. Nesse contexto, Zerbine contou que convidou o capitão do Exército, Guimarães, para tomar um café, ciente de que, logo após, seria presa. Esse episódio evidencia o uso estratégico da feminilidade para lidar com situações de repressão, aproveitando-se da expectativa social sobre o comportamento feminino para contornar a violência do regime.

[...] Nós estávamos jantando aqui, era uma mesa típica de um casal, tocam a campainha, é porque nessa casa, não se fecha a porta para ninguém, porque na hora da necessidade tinha que dá apoio. Eu perguntei quem era, então disseram que era o capitão Guimarães, eu digo mande ele entrar! Eles com metralhadoras e a gente comendo numa tranquilidade de família. Então perguntei: Capitão o que o Senhor deseja? Eles ficaram tão sem graça, que começaram a esconder as metralhadoras, então disse, o “mando com suavidade”, por favor, capitão, o senhor vá para a sala de visita, que eu vou mandar passar um cafezinho, e eu já lhe atendo (Zerbine, 2011).

A atuação de Therezinha Zerbine ao enfrentar a situação de repressão revela o uso de símbolos culturalmente associados ao feminino, como a família, o jantar e a mesa, para criar uma imagem de não envolvimento político e de respeito a um momento sagrado. Ao colocar a família e o jantar como prioridade, ela estabeleceu um contexto onde nada deveria interferir nesse ato cotidiano. Nesse cenário, o general e os soldados aguardaram, e, após a encenação, Zerbine foi levada para prestar depoimento na Operação Bandeirante, em São Paulo.

A utilização da “estratégia de gênero” na campanha pela anistia tornou-se uma ferramenta essencial ao longo de toda a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia. Segundo Ana Rita Duarte (2012), essa estratégia foi especialmente visível nas aparições públicas do movimento, com o intuito de garantir a segurança das mulheres envolvidas, ao mesmo tempo em que desafiava a ditadura. Dentre os elementos do imaginário feminino legitimados pelo regime, destaca-se a figura da mulher como defensora da família e promotora da paz nacional. A tática do MFPA ficou evidente ao adotar um estatuto próprio, apolítico e sem vínculos ideológicos, focando em ações mais defensivas do que confrontativas em relação à ditadura civil-militar. Nesse contexto, Therezinha afirma: “Para nós, a luta pela anistia não comporta partidarismo, religião e ideologia. É um ideal a ser alcançado, acima de todos os interesses menores” (Zerbine, 1979, p. 249). Essa declaração sublinha a postura estratégica do movimento, que procurava se distanciar de qualquer envolvimento partidário, consolidando sua luta como uma questão de direitos civis e justiça social.

O discurso de união nacional, promovido pelo Movimento Feminino pela Anistia, questionava a destruição dos laços familiares, uma vez que as integrantes do movimento vivenciaram, de maneira direta, os impactos dos atos de exceção. Seus filhos, esposos, irmãos e amigos foram vítimas da repressão, sendo presos, exilados, torturados, mortos ou forçados ao desaparecimento político. Assim, essas mulheres buscaram apresentar a família como um símbolo de conciliação e esperança para a nação. A legitimidade da anistia, nesse contexto, foi em grande parte aceita pela sociedade, ao colocar em pauta as questões do perdão e da pacificação, como caminhos necessários para o restabelecimento da democracia no país. Nesse sentido, Lucas Oliveira (2015), afirma que o movimento, ao adotar essa abordagem, procurava não apenas questionar as práticas repressivas do regime, mas também propor uma visão de futuro pautada na reconstrução dos laços sociais e na busca pela reconciliação nacional.

Esse discurso retomava o elemento nacionalista, colocava a anistia como a verdadeira defensora da família. A disputa terminológica passava para outro termo caro à ditadura, pois a defesa da família foi utilizada pelos militares como justificativa do próprio golpe, que foi procedido pela Marcha da Família. Propunha-se uma inversão na qual, quem estava atentando contra a família, não eram os opositores, e sim os militares (Oliveira, 2015, p. 26-27).

Percebe-se o cuidado do MFPA em reafirmar seu caráter moderado e não subversivo de oposição ao regime militar. Por isso a necessidade de ter um estatuto definido, eleger presidente e membros da instituição, e, ao mesmo tempo, tornar públicas as suas ações em eventos, jornais

e congressos. As mulheres sabiam que a conjuntura política do país naquele momento era repressiva e autoritária e, devido a isso, era primordial que a mobilização do movimento na “[...] campanha pela anistia não fosse entendida como uma luta subversiva, feita de forma clandestina, escondida, mas sim que se realizasse publicamente, às claras, sem motivo para esconder sua intenção” (Carboni, 2008, p. 28). Essa estratégia foi uma escolha tática, adotada pelo movimento. Dessa forma, a campanha pela anistia divergia do viés de oposição à ditadura de forma direta, ao negar qualquer ligação com a esquerda ou com a luta armada. Essa característica adotada pelo grupo tornou-se uma defensiva; assim, a “apresentação da reivindicação da anistia como um projeto de reconciliação da nação consigo mesma deu à luta uma perspectiva menos ameaçadora para a ditadura” (Oliveira, 2015, p. 28).

As diretrizes estabelecidas no Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia reforçam que os direitos humanos são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, conferindo à campanha uma base legal robusta. Ao afirmar que a instituição era composta por mulheres que buscavam a paz e a união da nação brasileira, o movimento posicionava-se em consonância com os princípios dos direitos humanos. A estrutura organizacional do movimento, fundamentada nas leis do país, proporcionou-lhe uma proteção legal significativa, tornando-se uma estratégia eficaz para a continuidade da campanha.

Afinal, o que haveria de errado em lutar pela união e pacificação da nação? Como advogada, Therezinha Zerbine utilizou seu conhecimento jurídico para garantir a permanência e a legitimidade da instituição, mesmo sob o regime ditatorial. “Escolhemos o campo da paz para trabalhar, visto que a anistia visa [...] à reconciliação da nação consigo mesma. Levantamos a bandeira da anistia como uma bandeira dos direitos humanos” (Zerbine, 1979, p. 05).

Lucas Oliveira (2015) ressalta que, inicialmente, a proposta da anistia tinha o caráter de esquecimento, no sentido de apagar o passado e superar as discórdias políticas, a fim de promover a pacificação da sociedade. Essa visão da anistia, como um mecanismo de reconciliação, visava, portanto, restaurar a harmonia social, embora envolvesse complexas questões de justiça e memória.

Nessa perspectiva, observa-se que o Movimento Feminino pela Anistia se consolidou no campo da paz e foi formado por mulheres em pleno exercício da cidadania. Ao viabilizar a luta pela anistia, o movimento incorporou também o apelo à questão maternal, o que pode ser interpretado como uma estratégia discursiva para abrir caminhos alternativos ao regime ditatorial. Dessa forma, a ação do MFPA foi legitimada pela sociedade, que, a princípio, havia apoiado o golpe civil-militar, exemplificado pela participação de algumas mulheres na Marcha

da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, que justificava o movimento militar como uma defesa da família brasileira.

No entanto, durante a campanha pela anistia, surge uma contradição evidente, uma vez que o governo ditatorial, sob o pretexto de proteger a família, foi o responsável pela destruição dos laços familiares. Esposos, filhos e irmãos foram exilados, além de inúmeros presos, desaparecidos políticos e mortos. Esse paradoxo revela que, agora, os militares estavam atentando contra a própria instituição familiar que anteriormente utilizavam como argumento de legitimação. Nesse contexto, o MFPA se posicionava de forma coerente e legítima ao defender a família enquanto, simultaneamente, se protegia da repressão.

A respeito da ação e divulgação da campanha pela anistia no Brasil, destaca-se que, após a fundação do Movimento Feminino pela Anistia em 1975, a primeira iniciativa do grupo foi a elaboração do Manifesto da Mulher Brasileira. Considerado por Zerbine (1979) como "a espinha dorsal do movimento", o manifesto se abstém de mencionar qualquer ideologia política, focando exclusivamente na luta pela liberdade e justiça. O objetivo principal do manifesto foi convocar a sociedade a engajar-se na causa da anistia. Para isso, o processo de divulgação do movimento foi realizado por meio de cartas enviadas a diversas instituições, igrejas, mulheres e familiares de presos políticos em todo o país, com a finalidade de angariar apoio para o Movimento Feminino pela Anistia. A seguir, apresentam-se trechos do manifesto:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que forem atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da ANISTIA, tendo em vista dos objetivos nacionais: a união da nação (Manifesto da Mulher Brasileira, Movimento Feminino pela Anistia, 1975).

O documento do Movimento Feminino pela Anistia enfatiza a necessidade de conquistar a anistia em favor dos presos políticos e de todos os indivíduos afetados pelos atos de exceção da ditadura civil-militar. Nesse contexto, o movimento convocava mulheres, setores da sociedade e instituições para se unirem à campanha. Um dos principais eixos da campanha baseava-se nos direitos humanos universais, sendo que o movimento compreendia a "anistia" como uma garantia e conquista desses direitos, além de ser vista como o primeiro passo para a constituição de um Estado democrático de direito no país (Porto, 2002, p. 84). Ao afirmar a

legitimidade dos direitos humanos, a campanha feminina apresentou a lei da anistia como um instrumento legal inserido no rol dos direitos previstos pela legislação brasileira, que foi invocada diversas vezes ao longo da história do país, especialmente diante de tensões e conflitos sociais.

A campanha lançada no país tinha o objetivo primordial de divulgar, no âmbito nacional e internacional, a luta dessas mulheres pela anistia. Em relação à divulgação da campanha no exterior, essa se deu com a participação de Therezinha Godoy Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, no Congresso Internacional da Mulher realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Cidade do México, de 19 a 27 de junho de 1975. Os princípios básicos desse congresso foram a defesa da igualdade, desenvolvimento e paz. Assim, com a presença de cerca de cinco mil mulheres de diversas partes do mundo, celebrando o Ano Internacional da Mulher, o evento consistiu num espaço de debates e discussões em relação à problemática da mulher na sociedade, dentre outros temas.

Therezinha Zerbine (1979) ressalta que viu a oportunidade de divulgar para o mundo a luta feminina pela anistia, no campo da paz e dos direitos humanos. Nesse sentido, a década de setenta é emblemática para as mulheres, devido à declaração do Ano Internacional da Mulher e da década da mulher, de 1975 a 1985, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na conferência sobre o Processo de Formação e Socialização, realizada em 23 de junho de 1975, Therezinha Zerbine participou ativamente da reunião, abordando a importância da anistia como um elemento essencial para o processo de libertação e redemocratização de países que viviam sob regimes de ditadura militar. Durante o evento, ela também apresentou a campanha do Movimento Feminino pela Anistia, realizando a leitura do manifesto para uma plateia composta por aproximadamente duas mil mulheres. A seguir, é apresentado o manifesto lido durante o congresso:

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz. A terceira meta do Ano Internacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial. Amparada pela ideia de justiça e paz e pelos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo podemos e devemos propor que nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção, para que seja dada anistia política a todos os presos políticos do mundo, homens e mulheres. A anistia é um instituto do direito de processo penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses da nação. A anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações aonde existir sua aplicação [...] nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentado uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada anistia, conduzindo a meta de pacificação da família nacional (Zerbine, 1979, p. 28).

Após o pronunciamento de Therezinha Zerbine em defesa dos presos políticos, uma manifestação de apoio veio da plateia, composta por mulheres, que aplaudiu de forma calorosa. Este gesto marcou a inserção oficial da luta pela anistia nas discussões da conferência. Em suas palavras, Therezinha declarou: “As palmas [...] recebi de uma plateia de duas mil mulheres. Aquilo me comoveu e me deu força, pois senti que as palmas não eram para mim, mas sim para a ideia-força, a força da Anistia” (Zerbine, 1979, p. 32).

Therezinha Zerbine foi a única representante brasileira convidada a discursar no congresso, um dos eventos mais relevantes do período. Durante o evento, as mulheres latino-americanas elaboraram um documento contendo 16 recomendações. Entre elas, destacava-se a preocupação com a exploração das mulheres e dos povos latino-americanos, além de críticas às perseguições ideológicas realizadas por governos ditatoriais, particularmente no Cone Sul. O documento também solicitava a anistia para todos os presos políticos ao redor do mundo.

As mulheres latino-americanas que participaram da tribuna do Ano Internacional da Mulher, representando organizações e instituições não governamentais, conscientes da nossa realidade, declaramos que: II- na luta pela nossa libertação encaramos a liberdade da mulher como dupla tarefa: a mulher frente a uma problemática feminina e universal, e como cidadãs frente a uma realidade latino-americana de exploração econômica e dominação cultural. XV- Pedimos Anistia para todos os presos políticos do mundo e repudiamos toda perseguição por causas ideológicas (Zerbine, 1979, p. 33).

A participação de Therezinha Zerbine no Congresso Internacional da Mulher proporcionou uma importante visibilidade à causa do MFPA. Em seu pronunciamento, Zerbine destacou o papel da anistia como um instrumento de reconciliação nacional, referindo-se ao contexto da ditadura civil-militar no Brasil: “a anistia virá desarmar os espíritos, a anistia virá fortalecer a união” (Zerbine, 1978, p. 43). Após essa declaração, a atuação das mulheres brasileiras na luta pela anistia foi amplamente divulgada e reconhecida internacionalmente.

O protagonismo do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil é indiscutível. Foram as mulheres, em meio ao regime repressivo, que assumiram a liderança ao estabelecer o movimento pela anistia legalizado em cartório e respaldado pela legislação vigente. Entre 1975 e 1979, a campanha se expandiu por diversos países e estados, formando núcleos do movimento pela anistia. Dessa forma, observa-se que a campanha pela anistia se tornou uma voz coletiva em nível nacional, com manifestações de diversos segmentos da sociedade, por meio dos núcleos estaduais do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Nacional pela Anistia, criado em 1978. A solidariedade com a situação de repressão vivenciada no Brasil transcendeu

as fronteiras nacionais, influenciando a criação de núcleos e comitês pela anistia em países como Portugal, França, Inglaterra, Suíça, Dinamarca, Alemanha e Bélgica.

No Brasil, formaram-se núcleos do Movimento Feminino pela Anistia nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará, entre outros. A força do protagonismo feminino foi crucial no processo de luta pela redemocratização do Brasil. Embora a Lei da Anistia de 1979 tenha sido promulgada de maneira parcial, e não conforme os ideais de todos os militantes, representou um passo importante para o processo de redemocratização. Essa campanha pela anistia simboliza a força e coragem de tantas mulheres que levantaram suas vozes em defesa da liberdade e da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres na campanha pela anistia e na resistência à ditadura civil-militar no Brasil continua sendo um tema pouco estudado pela historiografia. A reconstrução da trajetória das militantes que se opuseram a esse regime autoritário constitui um desafio significativo, mas também uma necessidade premente. A atitude de resistir a regimes opressores é, por si só, notável; no entanto, quando protagonizada por mulheres, adquire uma relevância ainda maior, considerando o contexto histórico de exclusão, silenciamento e estigmatização a que o sexo feminino foi submetido. Dessa forma, resgatar a história dessas mulheres, que organizaram a primeira instituição formalmente reconhecida, de acordo com a legislação vigente, o Movimento Feminino pela Anistia, com a ousadia de utilizar “estereótipo de gênero” em sua estrutura interna como forma de se defender da repressão ditatorial é um tema importante para o debate sobre as questões de gênero na resistência e na construção da memória histórica. Os resultados desta pesquisa destacam a força feminina na campanha pela anistia, posicionando essas mulheres como protagonistas na resistência ao regime autoritário. Recuperar a memória da militância dessas mulheres que levantaram a bandeira da anistia é um direito à “verdade e a justiça”. Elas lutaram com bravura, e suas memórias devem ser resgatadas pela historiografia no processo de construção uma pesquisa histórica inclusiva e de uma memória coletiva que valorize a força das mulheres! Avante, elas ainda estão aqui...

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13070>. Acesso em: 7 abr. 2023.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos de Memória- O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 7 abr. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, 15 dez. 1975. São Paulo. In: **BRASIL. Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da Anistia**. Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-171603/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou silêncio da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

DEL PORTO, Fabiola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1591954>. Acesso em: 7 abr. 2023.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Entrevista ao programa Resistir é Preciso**, do Instituto Vladimir Herzog. Direção de Ricardo Carvalho, 2011. Disponível em: <https://resistirepreciso.org.br/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia- Sementes da Liberdade**. São Paulo: Salesianas, 1979.